

MESA-REDONDA

MEMÓRIA E PATRIMONIO HISTÓRICO

Lídia Avelar Estanislau - IBPC

A experiência da releitura e apenas um exemplo da dificuldade, senão da impossibilidade, de reviver o passado tal e qual - impossibilidade que todo sujeito que lembra tem em comum com o historiador.(--.) Posto o limite fatal que o tempo impõe ao historiador, não lhe resta senão reconstruir, no que lhe for possível, a fisionomia dos acontecimentos.

Ecléa Bosi

Minha contribuição a esta mesa-redonda sobre Memória e Patrimônio Histórico parte de algumas colocações de Chesneaux, retiradas de sua análise a propósito da história e dos historiadores. Estarei, certamente, "chovendo no molhado", mas foi o ponto de partida que escolhi para iniciarmos esta nossa reflexão conjunta. Creio que concordaremos com ele na afirmação de que "o Estado busca controlar o passado. Estado e poder organizam o passado e modelam sua imagem em função de seus interesses políticos e ideológicos. Nas sociedades de classe, a história faz parte dos instrumentos pelos quais a classe dirigente mantém seu poder. As classes dirigentes e o Estado invocam freqüentemente o passado de modo explícito: a tradição, inclusive em suas componentes culturais específicas, a continuidade e a história são invocadas como fundamento e princípio de sua dominação."¹

No Brasil, o poder político tem se fundado, entre outras coisas, em hábil apropriação do passado apresentado como patrimônio "histórico". Palavras como permanência, continuidade, tradição, herança estão presentes no discurso oficial de preservação do patrimônio. Muitas vezes, porém, a utilização do passado é menos explícita. A história é chamada em defesa da ordem estabelecida e dos interesses das classes dirigentes através de uma ideologia difusa que perpassa os meios de comunicação, os livros didáticos, o mercado (inclusive o cultural). Mas o Estado também intervém de forma mais concreta a fim de "ritualizar" o passado e desviar, a seu serviço, a memória popular. *£.* o caso das festas nacionais, das comemorações solenes, do tombamento de monumentos. Tudo isso funciona da mesma maneira: patrocínio estatal de uma celebração histórica, um espetáculo que realiza a ocultação dos aspectos não oficiais do acontecimento.

O conhecimento do passado é vigiado, na fonte, pelo poder de Estado. O controle do

passado e da memória coletiva pelo poder de Estado se dá sobre as fontes documentais. A grande maioria dos "documentos de primeira mão", tão caros aos historiadores, são de origem estatal ou paraestatal. Nossa memória e a memória do poder, pois os registros estão nos arquivos do Estado, nos arquivos da Igreja, nos arquivos das grandes empresas, nos arquivos das grandes famílias.

Esse controle e muitas vezes como um "desconto na fonte" - ao se destruírem ou tornar secretos documentos embaraçosos - e faz com que fragmentos da história do mundo só sobrevivam pelo que deles foi dito (ou permitido dizer). A ocultação e um dos procedimentos mais correntes nesse dispositivo de controle do passado pelo poder. As guerras colonialistas e imperialistas e a escravidão estão entre os temas favoritos dessas operações redutoras. A memória popular e, quase sempre, expropriada ou resta-lhe o recurso de ficar "arquivada" nas lembranças das pessoas, sem monumentos tombados que lhe respaldem o testemunho.

Outra forma de manipulação da história pelo poder de Estado é o exorcismo do passado e o elogio da modernidade. É preciso viver no presente, sem se interessar pelo passado, pois o futuro possível, como não podia deixar de ser, e aquele sistematicamente cultivado pelo grande capital. Tudo isso como se passado, presente e futuro pudessem existir independentes de suas relações!

Entretanto, o passado não desapareceu dos discursos oficiais, nem do cotidiano brasileiro, mas é agora manipulado em função das exigências do momento. O passado é agora despedaçado, convertido em elementos dispersos de um sistema inofensivo.

A ideologia da modernização perde de vista as referências que permitiriam criticar o presente e assim definir para o futuro a exigência de uma sociedade qualitativamente diferente.

A ocultação do passado é um procedimento favorito do poder, mas não é monopólio das classes dirigentes. O passado incomoda aqueles que estão preocupados em preservar seu poder particular, no interior de todo e qualquer tipo de organização, mesmo que varie a sua etiqueta ou filiação partidária.

O controle do passado pelo poder é um fenômeno comum a todas as sociedades de classe, mas ele se efetua segundo modalidades específicas em função das exigências que cada modo de produção dominante estabelece. Nas sociedades asiáticas, a história é um assunto de Estado, um atributo e um apoio essenciais de cada dinastia. No ocidente feudal, a história prolonga o discurso moral e religioso do cristianismo medieval. Na União Soviética, desde o período stalinista, esquematizava-se comodamente a história do mundo: comuna primitiva, escravismo, feudalismo, capitalismo, socialismo. Na China, onde a situação é mais complexa, há uma história popular fundamentada na própria experiência de vida, ao lado de práticas autoritárias e dogmáticas, e, assim, ora apela-se amplamente para a memória popular, ora só se fornecem visões tardias e fragmentárias.

No capitalismo liberal também existe uma relação específica entre as exigências do modo de produção dominante e o funcionamento do saber histórico. Essa relação, entretanto, não é direta nem mecânica: ela é feita, ao mesmo tempo, de intervenções abertas do Estado e de pressões ideológicas difusas.

Os historiadores, até recentemente, estavam convencidos de que gozavam de "liberdade científica", mas hoje já se dão conta de que reproduzem em sua atividade profissional todas as condutas características da sociedade capitalista em seu conjunto. O saber histórico, entrincheirado através da objetividade, finge ignorar que reforça, com toda a autoridade do Tempo, o poder do Estado, da igreja, dos europeus, dos homens ricos...

A História da Educação, por exemplo, nada mais é do que um discurso ideológico que apresenta como construção "histórica" o sistema atual de aprisionamento escolar e de condicionamento dos estudantes à cultura dominante: respeito passivo ao saber, competição individual, aceitação das desigualdades sociais em nome da "aptidão" ou da "capacidade". Salvo casos raros, o saber histórico

é açambarcado por um grupo conivente com a classe dirigente, que aceita seus valores e leva, em geral, a mesma vida confortável - do escriba egípcio ao acadêmico soviético, passando pelo político liberal, pelo intelectual progressista até o pesquisador "de esquerda".

De fato, através das relações específicas de cada sociedade, as classes dirigentes confiaram, quase sempre, o estudo do passado a profissionais: monges, sacerdotes, arquivistas, burocratas, políticos aposentados, ricos ociosos, professores. Estes, muito raramente e há pouco tempo, se interessaram em resgatar, em cada etapa do passado, a relação específica entre o saber histórico e o modo de produção dominante. Uma sociologia da história, uma história social, ou uma história da história - quaisquer das expressões me parecem redundantes -, quando e feita, e sob forma puramente narrativa: registram-se os progressos do saber histórico, através do tempo, pela acumulação dos conhecimentos e refinamento dos métodos críticos.

"Proclamamos a nossa crítica a historiografia dos vencedores, mas continuamos a aceitar com extrema facilidade as evidências e críticas que o saber histórico nos apresenta: os cortes cronológicos e as periodizações impostas pela lógica da dominação; a concepção de história como passado morto; a autoridade da palavra impressa; a dissociação entre os problemas e a documentação; o exclusivismo profissional do saber; o intelectualismo; o objetivismo apolítico ou, muitas vezes, a ciência como refúgio para a neutralidade"²,

O passado que não se leva em conta e aquele que se insere diretamente nas lutas do povo. E neste nosso tema Memória e Patrimônio Histórico cabe perguntar:

- A quem o passado incomoda?
- Toda ocultação do passado é censurável em si?
- É possível estabelecer prioridades no trabalho de desocultação do passado?
- Onde acaba a iluminação seletiva do passado em função das lutas reais, das prioridades políticas reais, e onde começa a ocultação deliberada, a falsificação por razão de Estado?

Toda escolha política implica um risco de erro mas nada nos garante que o que triunfou foi sempre o melhor. Para compreender os avanços alcançados na satisfação das necessidades é preciso coletivamente resgatar processos alternativos ou lutas cotidianas, como também fracassos, derrotas e Utopias. Falar de Memória e Patrimônio Histórico exige alguma discussão sobre as relações do tema com as diferentes concepções de História e do lugar do político nestas concepções e práticas, para podermos pensar em "história da cultura não como a história de todo um modo de vida, mas, principalmente, como todo um modo de luta."³

Na luta contra a ordem estabelecida, recusar o passado com suas imagens de opressão e uma tendência "natural". A versão oficial do passado, de acordo com os interesses do poder e por isso mutilada, censurada e deformada, os movimentos sociais opõem uma imagem conforme as suas aspirações, capaz de refletir a real riqueza de seu passado.

A vontade de se apoiar no passado para afirmar uma identidade própria e muito sensível nos movimentos de liberação nacional da Europa central, no século XIX e nos movimentos de libertação do Terceiro Mundo, no século XX. O passado torna-se um ancoradouro das lutas do presente e o resgate do passado torna, então, a forma de uma inversão de símbolos e valores.

A preservação de sítios e monumentos históricos do passado faz parte das reivindicações dos movimentos sociais, tal como aconteceu com a Serra da Barriga, nas Alagoas: o direito de um passado próprio se confunde com o direito de existir hoje. Por isso a luta pelo tombamento do Iê Ya Nassô Oka - o Terreiro da Casa Branca, na Bahia - o mais antigo templo da religião afro-brasileira, único monumento que figura no Livro do Tombo ao lado de tantas igrejas. Pela mesma razão a luta pelo

reconhecimento de Zumbi dos Palmares como herói nacional. Também por razões semelhantes a luta pela demarcação dos territórios indígenas. A afirmação de um passado original faz parte das lutas contra a dominação branca e contra o quase extermínio das nações indígenas no Brasil. Os manuais de história os ignoram com a afirmação de que Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil! As terras que ocupavam desde tempos imemoriais e seus modos de vida considerados como "primitivos", "animistas" ou "folclóricos" - tal como a cultura negra - fundamentam-se em um equilíbrio ecológico e demográfico muito elaborado. Foram os brancos que lhes trouxeram as doenças que os destroem, que lhes submeteram como escravos, que lhes encurralaram sob o pretexto da evangelização.

Para os não-brancos no Brasil - negros e indígenas em particular - o resgate do passado caminha junto a um despertar político.

Felizmente, muitos historiadores já consideram a necessidade de uma revisão da história oficial, como ponto de partida das lutas populares, e o povo brasileiro já encontra aliados na luta pelo seu direito a História. A história do capital já começa a ser contestada pela história do trabalho.

Não se pode negar que a subordinação tem como contrapartida a insubordinação e a resistência, por isso todas as lutas populares são pontos de partida para as lutas de hoje, na medida em que o passado alimenta os movimentos sociais.

Para mudar uma situação e preciso, antes de mais nada, conhecê-la. Para conhecê-la bem e preciso analisar as forças históricas que a configuram. Quando nos roubam o passado e preciso retomar a história no ponto onde ela parou.

A extinta SPHAN/próMemória sucede o EBPC - Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, autarquia especial vinculada a Secretaria da Cultura da Presidência da República, cuja estrutura deveria atender ao disposto pela Constituição Federal, especialmente os artigos 215 e 216, com seus parágrafos e incisos, e a Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, publicada no D.O.U. de 13/05/90, que autoriza o executivo a criar o IBPC.

A Constituição Federal reconheceu uma prática em que já se empenhavam muitos profissionais e estudiosos ao adotar a expressão patrimônio cultural e estabeleceu a competência conjunta da União, Estados, Distrito Federal, Município e sociedade civil nas ações de promoção e proteção do patrimônio cultural. Não se trata mais de preservar a arquitetura luso-brasileira-eclesiástica, nem os conjuntos barrocos, apenas.

O patrimônio cultural brasileiro compreende "os bens materiais e imateriais, tornados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e os sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico."⁴

A Constituição do Estado de Minas Gerais - art. 208 e 209 - reafirma o texto da Constituição Federal e acrescenta que o Estado, com a colaboração da comunidade, fará a "repressão aos danos e as ameaças a esse patrimônio" e que "a lei estabeleceu plano permanente para proteção do patrimônio cultural do Estado, notadamente dos núcleos urbanos mais significativos".

A função do patrimônio "histórico" na prática política das classes dominantes e relativamente fácil de estabelecer, e seus marcos físicos, ainda que precariamente, estão preservados. Mas a relação ativa que as lutas do povo estabelecem com seu passado e muito mais complexa. O poder mobilizador da memória popular já estabelece suas datas - como o 7 de outubro, o 20 de novembro - e seus monumentos - como o de Volta Redonda. Mas a memória dos trabalhadores está cheia de lembranças das greves que marcaram profundamente nossa história recente. Até quando as grandes greves, as

datas e monumentos das lutas do povo vão permanecer arquivadas na memória dos trabalhadores? Até que ponto fazem parte apenas da experiência coletiva dos trabalhadores?

O passado e objeto de lutas políticas muito vivas e o recurso a memória popular precisa ser organizado sistematicamente. É preciso uma política de comunicação entre as gerações para que os idosos contem suas lembranças e novas versões da história venham à tona. Trata-se de resgatar, como patrimônio cultural, a capacidade do povo brasileiro de tomar as rédeas de seu destino, de exercer plenamente a sua cidadania.

Assim, a política pública de promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro terá que identificar e inventariar toda uma gama vasta de formas de expressão até então desconsideradas.

O IBPC, particularmente, enquanto serviço público federal, enfrentar numerosas questões e muitos estudos e pesquisas tomam-se necessários para esclarecimentos teóricos e práticos, já que o qualitativo afirma sua primazia sobre o quantitativo, o descontínuo sobre o contínuo, o coletivo sobre o individual, o plural sobre o singular.

Todas as questões devem ser abordadas no campo da eficácia política, e não no campo da erudição. O rigor científico não é uma exigência intelectual abstrata, mas uma das condições de um trabalho coerente.

Os cientistas sociais em geral, e os historiadores em particular, têm uma tarefa gigantesca no resgate das lutas de classe e dos conflitos sociais ao longo da história brasileira.

O tema Memória e Patrimônio Histórico, melhor dizendo Memória e Patrimônio Cultural esta a exigir de todos nos um trabalho "ombro a ombro" que propicie outras leituras dos bens culturais consagrados, mas que também favorece a desocultação dos fatos históricos, posto que passado, presente e futuro não são dados, são criados,

Finalmente, concluo esta minha provocação citando Walter Benjamim, para quem "nunca houve um monumento da cultura, que não fosse também um monumento da barbárie."³

NOTAS

- 1- CHESNEAUX J. *Du passé faisons table rase? a propos de V histoire et des historiens*. Paris: Maspero, 1976.
- 2- FENELON, Dea Ribeiro. *Trabalho, cultura e história social; perspectivas de investigação*. Projeto História. São Paulo: PUC/SP, 4:21/37, 1985.
- 3- THOMPSON, E.P. *The Politics of Theory in peoples History and Socialist Theory*. London: Raphael Sammuel, 1981, cit. in: FENELON, D.A. op. cit.
- 4- BRASIL, Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centre Gráfico, 1988; MINAS GERAIS. Constituição do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa, 1989.
- 5- BENJÁMIN Walter. *Obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 1985. v. 1.